

O processo de organização de escolas étnicas polonesas no Rio Grande do Sul (1875 – 1939)

Adriano Malikoski

Universidade de Caxias do Sul, UCS, Brasil

Terciane Ângela Luchese

Universidade de Caxias do Sul, UCS, Brasil

Resumo: No presente artigo, o objetivo é analisar como foi estruturado o processo de escolarização da imigração polonesa no Rio Grande do Sul entre 1875 e 1939, no qual foram priorizados o ensino elementar e a manutenção de especificidades étnicas, como língua, religiosidade e valores culturais poloneses. Pretende-se mostrar que a cultura étnica foi um elemento importante na estruturação de processos associativos e comunitários da imigração polonesa, que promoveu a estruturação de escolas na maior parte dos seus núcleos coloniais. Para a construção desta narrativa, foram analisadas diferentes fontes empíricas, como atas de associações, relatórios e documentos escolares.

Palavras-chave: escolas étnicas, imigração polonesa, processo escolar.

The process of organization of the Polish ethnic schools in State of Rio Grande do Sul (1875 – 1939)

Adriano Malikoski

Universidade de Caxias do Sul, UCS, Brasil

Terciane Ângela Luchese

Universidade de Caxias do Sul, UCS, Brasil

Abstract: This article aims to present the structuring process of education of Polish immigration in the State of Rio Grande do Sul between 1875 and 1939. The prerogatives of this school process included prioritizing elementary school and also maintaining ethnic characteristics, as language, religion and Polish cultural values. It is intended to show that ethnic culture was an important element in structuring associative and community processes of the Polish immigration, which encouraged and promoted the structuring of schools in most of its colonial nuclei. For the construction of this narrative, we analyzed different empirical sources, such as, records of associations, reports and school documents.

Keywords: ethnic schools, polish immigration, school process.

El proceso de organización de las escuelas étnicas polacas en Rio Grande do Sul (1875 – 1939)

Adriano Malikoski

Universidade de Caxias do Sul, UCS, Brasil

Terciane Ângela Luchese

Universidade de Caxias do Sul, UCS, Brasil

Resumen: Este artículo tiene como objetivo presentar la forma en que se estructuró el proceso de escolarización de la inmigración polaca en Rio Grande do Sul-Brasil, entre 1875 y 1939. Entre las prerrogativas de este proceso escolar estaba la priorización de la enseñanza primaria y también el mantenimiento de las especificidades étnicas, como el idioma, la religión y los valores culturales polacos. Se pretende mostrar que la cultura étnica fue un elemento importante en la estructuración de los procesos asociativos y comunitarios de la inmigración polaca, que fomentó y promovió la estructuración de las escuelas en la mayor parte de sus núcleos coloniales. Para la construcción de esta narración, se analizaron diferentes fuentes empíricas, tales como las actas de las asociaciones, informes y documentos escolares.

Palabras clave: escuelas étnicas, inmigración polaca, proceso escolar.

Introdução

Em grande parte das construções narrativo-históricas sobre a imigração dos diversos grupos, as escolas representam um papel secundário ou simplesmente ficam esquecidas. Para pensarmos a escolarização em comunidades polonesas no Rio Grande do Sul, devemos relacioná-la à formação de núcleos com expressivo número desses imigrantes. A colonização de terras e a formação de comunidades, especialmente as localizadas no meio rural, bem como a ocupação em áreas urbanas, a exemplo das cidades de Porto Alegre e Rio Grande, configuram as circunstâncias desse processo. Dessa forma, não há como construir representações e sentidos destituídos dessa lógica, especialmente, a agrária familiar.

Com base em todos esses aspectos, procuramos analisar e construir uma narrativa sobre as escolas em comunidades polonesas na então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul de 1875, quando chegou o primeiro grupo de imigrantes poloneses para o estado, até 1939, quando passaram a vigorar os principais decretos nacionalizadores da educação, com destaque para o processo de sobrevivência nesses meios. Tais comunidades se formaram em todas as regiões coloniais do estado, especialmente na região norte e nas Missões, onde atualmente estão localizados os principais municípios e onde se encontra o maior número de descendentes de imigrantes poloneses.

A comunidade étnica se torna a configuração do ser e do fazer nos processos identitários negociados, bem como no processo de escolarização ou de ensino e aprendizagem, seja pela utilização da língua e pela religiosidade seja por outras manifestações culturais. Apoiando-nos em Kreutz (2001) e Baumann (2003), podemos fundamentar alguns sentidos dados à comunidade étnica em suas construções históricas, cujas relações foram intermediadas e elaboradas por processos associativos, culturais e transitórios.

Segundo Malikoski (2014), nas escolas das comunidades étnicas polonesas, em diferentes tempos, o sentido em evidência é que a escolarização se restringia ao ensino das operações básicas de matemática, ao primeiro contato com a leitura e à reprodução da escrita em língua materna. A língua materna aqui considerada é a do grupo étnico a que a família se vincula. Não se trata de local de nascimento, mas da identificação da família com o grupo étnico a que pertence, no caso, o polonês.

Compreendemos, porém, que o significado das escolas estava além desse sentido aparente e divulgado frequentemente pela bibliografia ou escritos historiográficos. De nossa perspectiva, as escolas também colaboraram para a reconstrução e a manutenção de valores identitários étnicos desses imigrantes nas localidades em que estavam organizadas. Essa questão merece a atenção dos historiadores da educação, já que contribui para a compreensão da pluralidade de processos educacionais vivenciados no Brasil pelos diferentes grupos humanos.

Neste artigo sobre as relações estabelecidas entre ensino e formação das comunidades étnicas, buscamos compreender o processo de organização escolar da imigração polonesa no Rio Grande do Sul. Nossa perspectiva é a de construção e reconstrução de um processo cultural étnico por meio de narrativas, já que compreendemos que o mundo é também contado e transmitido por meio de narrativas, ajustadas com a consciência crítica e as apropriações subjetivas dos pesquisadores. Não é demais lembrar o que Veyne nos faz pensar quando afirma:

[...] a história é uma narrativa de eventos. Como o romance, a história seleciona, simplifica, organiza, faz com que um século caiba numa página, e essa síntese narrativa é tão espontânea quanto a de nossa memória, quando evocamos os dez últimos anos que vivemos. A história é, em essência, conhecimento por meio de documentos (Veyne, 1998, p. 18).

Para produzir esse conhecimento por meio de documentos, consideramos os procedimentos metodológicos da análise documental histórica. Não se trata, portanto, de uma narrativa literária, mas de uma narrativa orientada por pressupostos teóricos que constituem uma versão possível, plausível do processo histórico.

O primeiro núcleo de imigrantes poloneses no Rio Grande do Sul foi formado em 1875 por 26 famílias que vieram da Silésia sob dominação da Prússia e se instalaram entre os municípios que correspondem atualmente a Carlos Barbosa e Garibaldi. Eles teriam chegado juntamente com os imigrantes franco-suíços e italianos que se estabeleceram na colônia Conde D'Eu. Alguns autores, como Kozowski (2003), defendem a ideia de que a vinda de imigrantes poloneses teria ocorrido ainda em anos anteriores, juntamente com a imigração alemã de 1854. Segundo Gardolinski (1958) e Gluchowski (2005), os maiores contingentes de imigrantes poloneses chegaram ao Rio Grande do Sul entre os anos de

1886 e 1894 e entre 1908 e 1912. A criação da colônia Conde d'Eu ocorreu em 1870, em área cedida pelo governo imperial nas encostas da Serra Gaúcha, conforme Ato de 24 de maio do presidente da Província sul-rio-grandense João Sertório, dando origem, em 1875, ao primeiro núcleo de imigrantes poloneses instalados no Rio Grande do Sul. Depois desse, diversos núcleos se formaram em diferentes regiões do estado. Tal processo ajuda-nos a descrever como se estruturaram as escolas nas comunidades dessa etnia.

A respeito do número desses imigrantes, a maioria trouxe documentos dos países que ocupavam territórios poloneses na Europa, ou seja, expedidos pela Rússia, Prússia ou Áustria. Embora, no Brasil, a definição de nacionalidade estivesse ligada à condição política geográfica do país de origem, esses imigrantes eram comumente relacionados como russos, alemães ou austríacos nas estatísticas ou na documentação oficial da Companhia de Terras e Colonização, órgão responsável pelo processo de colonização no Rio Grande do Sul. Nesse sentido, com base nos estudos de Barth (1998) e em seu conceito de etnicidade, buscamos encontrara denominação dos imigrantes poloneses e sua localização em núcleos coloniais no Rio Grande do Sul. Com efeito, propomos a etnicidade como aporte da cultura e das transformações dos processos identitários que formaram uma conjunção mútua de solidariedade propiciando a formação de comunidades e suas manifestações culturais, dentre estas, as escolas. O processo étnico-identitário é importante para explicar as influências e as transformações dos fluxos culturais e das produções humanas. Nessa perspectiva, utilizando a categoria etnicidade, buscamos descrever o processo de formação dos núcleos coloniais, desde a chegada dos imigrantes até a formação de suas comunidades.

Para a construção desta narrativa, consideramos o entendimento de comunidade étnica como um processo de construção social baseado em valores construídos ao longo da história e que são compactuados pelos indivíduos para formar seus grupos. Como diria Castells (1999), os interesses dos membros é a formação das comunidades. Segundo Hall (2006), a formação das comunidades é inspiração de processos identitários, dinâmicos e complexos.

A dimensão étnico-comunitária é construída em um processo relacional e de apropriação de valores. A organização da vida social depende das representações e afirmações que cada indivíduo faz de sua cultura. Dessa forma, acreditamos que a comunidade étnica é formada

segundo as decisões dos indivíduos que partilham uma mesma conjuntura cultural, como língua, religiosidade e costumes.

Neste artigo, analisamos inicialmente a formação das comunidades étnicas polonesas, relacionando-as com o processo escolar. Em seguida, tecemos a narrativa tematizando as escolas étnicas polonesas no Rio Grande do Sul e considerando sua expansão e sua caracterização.

Comunidades e sociedades: condição necessária para organização do ensino escolar entre os imigrantes poloneses.

A representação de si, de um determinado grupo, corresponde a um conjunto de valores que abrange desde sua maneira de pensar até seus atributos culturais, dentre os quais a língua, as festas e a religiosidade. Tais valores e atributos culturais figuram entre as representações simbólicas que congregam os indivíduos no seu pertencimento a uma determinada cultura e os tornam pertencentes a esse grupo. Para Bonnemaison (2000), etnia e cultura correspondem a uma determinada territorialidade, já que, nesta, existem estruturas que, acordo com os contextos envolvidos, tornam possível o desenvolvimento e a configuração desses elementos.

O conteúdo étnico se desenvolve em um determinado espaço. Nesse sentido, analisamos as peculiaridades da imigração polonesa para o Rio Grande do Sul e a apropriação desse território pelo viés da cultura e das construções étnicas. Consideramos que é nesse espaço de construção étnica que se forma o processo de escolarização das crianças polonesas. Para Baumann (2003), quando as filiações comunitárias históricas já não fazem mais sentido para um grupo social, ocorre a reformulação dos valores pelos quais os grupos constituem suas comunidades.

À medida que as velhas certezas e lealdades são varridas para longe, as pessoas procuram novas filiações. O problema com as novas histórias de identidade, em claro contraste com as velhas histórias da ‘filiação natural’ diariamente confirmada pela solidez aparentemente invulnerável de instituições profundamente estabelecidas, é que a confiança e o compromisso têm que ser trabalhados em relações cuja duração ninguém garante, a menos que os indivíduos decidam fazê-las duradouras (Baumann, 2003, p.90, grifo nosso).

Durante o processo de formação dos assentamentos e dos fluxos de imigrantes poloneses, vários núcleos foram formados em todo o estado do Rio Grande do Sul. Se analisarmos as regiões em que foram instalados, podemos constatar que, em sua maioria, tais regiões também eram habitadas por outros grupos de imigrantes. Porém, segundo Malikoski (2014), boa parte dos núcleos formados estava em localidades isoladas, ou seja, que não faziam parte de um grande conjunto de comunidades ou de uma região com prevalência de um mesmo grupo étnico, como foi a colonização alemã no vale do Caí ou a colonização italiana na região dos Altos de Cima da Serra, no nordeste do estado.

Para desenvolver este artigo, destacamos os núcleos que, em razão do expressivo número de imigrantes, formaram comunidades e cuja significativa manifestação de traços culturais se mantém nos dias atuais. O número de imigrantes e a localização dos núcleos de imigração polonesa foram estabelecidos de acordo com estatísticas apresentadas por autores como Gardolinski (1958), Gluchowski (2005), Stawinski (1999), D'Apremont e Gillonnay (1976) e Klobukowski (1898).

A primeira região de imigração polonesa localizou-se entre o litoral e a serra da região sudeste e compreendia as cidades de Rio Grande, Pelotas, Dom Feliciano, Mariana Pimentel, Camaquã, Barão do Triunfo, Santo Antônio da Patrulha e Porto Alegre.

O segundo grupo localizou-se na região da Serra Gaúcha, abrangendo os municípios de São Marcos, Antônio Prado, Veranópolis, Santa Tereza, Santa Barbara, Bento Gonçalves, Guaporé, Casca, Nova Prata, Nova Roma do Sul, Vista Alegre do Prata e arredores.

A terceira região, chamada de colônias novas, também foi constituída por indivíduos que migraram da região da serra. Esse grupo localizou-se ao norte do estado, compreendendo o Planalto e o Vale do Uruguai, com as cidades de Erechim, Getúlio Vargas, Gaurama, Carlos Gomes (Nova Polônia), Dourado, Balisa, Marcelino Ramos, Áurea, Lajeado Valeriano, Barão do Cotegipe, Aratiba e Capoeiré, dentre outras localidades menores.

A quarta região em que se formaram núcleos de imigrantes poloneses correspondeu às Missões, denominadas também de colônias novas, compreendendo as cidades de Santo Ângelo, Ijuí, Santa Rosa, Guarani das Missões, Três de Maio, Tucunduva e arredores.

Tais núcleos e comunidades, mesmo que isolados, foram a condição necessária para a formação de um processo de ensino étnico no Rio

Grande do Sul. O contexto de formação de assentamentos favoreceu a formação de um processo de ensino com características étnicas, resultante da relação comunitária e da apropriação de valores que organizaram a vida social desses imigrantes. Como afirma Kreutz (2001),

[...] a dimensão cultural dos diversos grupos humanos não se dá no abstrato, por assim dizer num vazio social. Ao contrário, ela é relacional, ela se manifesta nos símbolos, nas representações e nas valorizações dos grupos, concorrendo na organização dos grupos e da vida social (Kreutz, 2001, p. 122).

A estruturação de núcleos de famílias com mesmo pertencimento étnico e sua organização em comunidades permitiu posteriormente a organização escolar. As primeiras comunidades da imigração polonesa resultaram da instalação de famílias da referida etnia em um mesmo conjunto de lotes. Estes continham de 20 até 120 famílias, conforme a organização estrutural das colônias e a disponibilidade de terras. Como atesta o relatório do Ministério da Agricultura e Obras Públicas de 1876 (Brasil, 1876), as comissões de terras demarcavam os lotes e sua distribuição em linhas, travessões e secções, conforme a topografia dos terrenos. Seguindo essa dinâmica da divisão dos lotes, os imigrantes poloneses fundaram suas primeiras comunidades, as quais podiam distar vários quilômetros do centro da sede da colônia, como foram principalmente as comunidades localizadas na Serra Gaúcha. Um impulso importante na formação dessas comunidades foi a utilização da língua polonesa pelas famílias para delimitar uma ‘fronteira étnica’.

Além da proximidade territorial e linguística, outro impulso importante na composição das primeiras comunidades foi a religiosidade. Os Freis Capuchinhos D’Apremont e Gillonnay (1976), em relatório referente aos anos de 1896 e 1915, ressaltam que os imigrantes poloneses, nesse tempo, “[...] permanecem agrupados e muito fiéis à sua língua e à mãe-pátria, sem, contudo, deixarem de cumprir seus deveres com referência à pátria adotiva” (D’apremont & Gillonnay, 1976, p. 44). Essa relação entre língua e religiosidade constituiu, de certa forma, o primeiro impulso para a formação das comunidades, principalmente nos primeiros tempos da formação dos núcleos colônias.

Nos primórdios da imigração para o Brasil, na maioria das colônias com imigrantes poloneses, o principal símbolo de organização comunitária era a capela ou a pequena igreja, à semelhança dos alemães e italianos.

Ali se formavam espaços de convívio social que, com o tempo, também serviu de espaço de ensino e de catequização das crianças. Conjuntamente com as atividades religiosas, organizou-se posteriormente o ensino formal. Assim, a constituição das comunidades foi condição necessária para a fundação das primeiras escolas.

Também tiveram papel importante na organização da vida social e escolar a formação e a fundação de sociedades¹. De acordo com Klobukowski (1898), a primeira sociedade de etnia polonesa foi fundada no dia 13 de maio de 1896 em Jaguari, no centro do estado. Com o nome de BartoszGlowacki, tal sociedade possuía 41 sócios fundadores. No dia 17 de maio de 1896, em Ijuí, em uma colônia que congregava aproximadamente 500 famílias polonesas e 25 lituanas, foi fundada a Sociedade Tadeusz Kosciuszko, cujo presidente era o Pe. Antoni Cuber. Em Porto Alegre, no dia 1º de junho de 1896, foi fundada a sociedade Zgoda (Concórdia), cujo dirigente, Feliks Zdanowski, tornou-se mais tarde professor e editor de periódicos. Importante considerar que, apesar do espaço de tempo entre a vinda dos primeiros imigrantes e a fundação da primeira sociedade no Rio Grande do Sul, que ocorreu somente em 1896, as comunidades eram organizadas com um sentido de solidariedade e religiosidade, configurado pela necessidade de sobrevivência nas colônias.

Segundo os estatutos, a fundação de sociedades, em sua grande maioria, tinha como objetivo organizar escolas. Iniciou-se assim um processo de ensino entre as comunidades étnicas polonesas, tanto no Rio Grande do Sul quanto em outros estados do país. Ainda segundo Gluchowski (2005), tais sociedades atendiam também à necessidade de concentrar e defender os interesses étnicos em relação ao ensino e à comunidade. As iniciativas para a fundação das sociedades geralmente partiam de lideranças dos próprios núcleos. Entretanto, como referenda o próprio cônsul, eram esforços “[...] esparsos sem coordenação. Cada colônia fundava por conta própria uma associação, mantendo pouco ou nenhum contato com as outras organizações” (Gluchowski, 2005, p. 141). Inicialmente não só não havia grande apoio dos colonos como,

¹ Conforme Silva Jr. (2004, p. 515), os poloneses fundaram, entre os anos de 1854 e 1940, seis sociedades de mútuo socorro étnicas e uma etno-classista no Rio Grande do Sul. Ainda, conforme esse autor “[...] entre os poloneses, cujas entidades raramente eram mutuais, chegou a existir em 1930 uma federação estadual”.

frequentemente, as sociedades enfrentavam situações que envolviam ambições particulares e conflitos ideológicos entre pessoas ligadas pelo sentido de religiosidade e indivíduos que defendiam uma educação laica e mais progressista, processo esse geralmente conduzido por alguma liderança mais esclarecida.

O ensino e a formação das primeiras escolas étnicas polonesas no Rio Grande do Sul.

Apesar de, conforme a Lei Provincial nº 771 de 04 de maio de 1871 (PROVÍNCIA..., 1871), a obrigatoriedade do ensino primário na província do Rio Grande do Sul ter sido instituída para crianças de 07 e 15 anos de idade do sexo masculino e de 06 a 12 anos do sexo feminino, a maioria das colônias não possuía escolas públicas mantidas pelo governo brasileiro. Nesse caso, se os colonos quisessem algum tipo de instrução, deveriam contar com suas próprias iniciativas.

De acordo com Nikodem (1970), essa situação se reproduziu ainda nos cinco anos posteriores ao início do governo republicano no Brasil. Para o autor, a simpatia dos imigrantes pelo movimento revolucionário federalista, no qual Julio de Castilhos saiu vitorioso, contribuiu para que escolas públicas não fossem fundadas nas colônias do Rio Grande do Sul, deixando ao encargo dos imigrantes a iniciativa de condução dos processos de ensino.

Nos primeiros tempos, grande parte dos imigrantes poloneses possuía o mínimo de instrução, havendo mesmo um certo contingente de analfabetos. Essa situação devia-se às condições políticas dos territórios emigrados, já que muitos poloneses vinham principalmente das regiões ocupadas pela Rússia e pela Áustria. Nesses territórios, havia restrições ou poucos incentivos para a organização de escolas. No entanto, estabelecendo-se nas colônias, principalmente por meio de lideranças, esses imigrantes procuravam construir espaços de ensino escolar para suas crianças. Os colonos sentiam a necessidade da escola para proporcionar o mínimo de ensino para seus filhos.

No primeiro momento, as escolas funcionavam em espaços improvisados, como a casa de algum colono ou pequenas capelas. Nesses espaços, principalmente no caso das colônias rurais, era utilizada exclusivamente a língua polonesa. Nessa perspectiva, Gluchowski (2005) informa que os primeiros professores eram “[...] muitas vezes um simples

colono, algumas vezes com instrução menos que elementar” (Gluchowski, 2005, p. 168).

No Rio Grande do Sul, as primeiras iniciativas de ensino para crianças polonesas, tanto nos espaços organizados quanto nos improvisados em domicílios e em capelas, restringiam-se aos primeiros fundamentos da escrita, aos cálculos e à leitura em língua polonesa. Teriam sido concomitantes à formação dos primeiros núcleos coloniais desses imigrantes. De acordo com relatos de sua passagem por São Marcos, Colônia Caxias, em 1895, o viajante Klobuskowski (1898) afirma ter encontrado um espaço construído com o intuito de promover o ensino entre as crianças, mas nele não existia um professor no sentido profissional. As crianças mais velhas ensinavam as de menor idade. Em seguida, o autor afirma que, ao visitar os núcleos poloneses da colônia Alfredo Chaves, encontrou em Ernesto Alves um professor chamado de Lewinski que lecionava entre os imigrantes poloneses na colônia Guaporé. Ele era considerado o primeiro professor profissional que atuou entre os imigrantes poloneses no Rio Grande do Sul.

Klobukowski (1898) relata ainda que, no ano de 1896, quando estivera na colônia Ijuí, encontrou duas escolas: uma escola pública comandada por um imigrante alemão e uma escola privada. Por incentivo de Klobukowski (1898), no dia 17 de maio de 1896, foi fundada a sociedade TadeuszKosciuszko, em cujos estatutos, o primeiro parágrafo se refere à organização e à manutenção de uma escola entre os imigrantes poloneses.

Em relação à mesma colônia de Ijuí, em texto publicado no almanaque *KalendarzPolski*, de 1898 (Zdanowski, 1898), o padre polonês Antoni Cuber²relata que os imigrantes poloneses, depois de limpar o terreno de uma praça que fazia parte das destinações do centro urbano, teriam recebidoa promessa de construção de uma igreja e de uma escola. Na época, os imigrantes poloneses eram maioria nos lotes dessa colônia, mas o professor foi nomeado por imigrantes alemães, com o consentimento das autoridades, e isso desagradou aos poloneses, que almejavam um professor que lecionasse em língua polonesa. Nesse tempo, construíram outro prédio de madeira para ser utilizado como escola, mas

² Vivendo na região até o ano de 1915, ele foi o primeiro sacerdote polonês a prestar assistência religiosa nas comunidades étnicas polonesas em Ijuí e posteriormente em Guaraní das Missões.

esta teria funcionado somente durante um ano, sendo fechada por falta de professor.

Segundo Cuber (1898), no mesmo período, em outra parte da colônia, teria sido construída outra escola, com frequência de 10 a 20 crianças, mas existiam na região cerca de 200 crianças em idade escolar, das quais muitas eram privadas do ensino. Ressaltando que, quando os núcleos estavam sendo formados, havia colonos que pouco se importavam com a educação dos filhos, o padre polonês insiste na necessidade de os pais enviarem suas crianças para a escola:

[...] a situação escolar ficando na dependência dos colonos apresentava sintomas bastante tristes e, por isso, a educação das crianças, frequentemente, tornava-se impraticável. Aqui no Brasil, nenhum pai de família poderá ser perdoado, se porventura não mandar os filhos para a escola, lá onde ela existe. O pai que não se interessa pela educação dos seus filhos comete um grave pecado: o filho, por sua vez, que não aprendeu ao menos, ler, escrever e contar, em razão da irracional cobiça de lucro de progenitores, que o mandaram plantar milho ou pastorear o gado e, com este procedimento ter-lhe-á *fecjado*, possivelmente grandes perspectivas para o futuro – com certeza há de recordar – seus pais, mais tarde, com ressentimento e amargura (Cuber, 1898, p. 52)

Cuber (1898) se refere também à instrução como um possível obstáculo à exploração de outros imigrantes, um meio para os homens se conduzirem de forma mais racional nos negócios e de prestigiarem iniciativas patrióticas polonesas, as quais, na visão do autor, seriam inacessíveis às pessoas iletradas. Apesar disso, segundo ele, havia em alguns colonos o seguinte pensamento: “[...] meu avô, meu pai e eu não sabemos ler, portanto, isto também será supérfluo para meu filho” (Cuber, 1898, p. 52). Em suma, os colonos precisavam de melhores esclarecimentos quanto à importância da instrução escolar.

Assim, a partir de 1896, na comunidade étnica polonesa, começaram a surgir as primeiras escolas propriamente ditas, com espaço mais bem organizado para receber as crianças. Essa iniciativa estava relacionada à fundação das primeiras sociedades, cuja organização se deveu ao viajante polonês Klobukowski, que esteve nas colônias e incentivou sua formação. De acordo com Gluchowski (2005), em 1900, já existiam três escolas em funcionamento: uma em Porto Alegre, uma em Rio Grande e outra em

Santa Tereza, distrito de Bento Gonçalves. Depois desse período, constatamos a formação de diversas sociedades com o objetivo de fundação de escolas, não só no Rio Grande do Sul, como também em estados como Santa Catarina e Paraná.

Entretanto, esse processo de organização de escolas desenvolveu-se de maneira isolada durante as duas primeiras décadas do século XX. Para Malikoski (2014), as escolas eram mantidas exclusivamente pelos colonos, por meio de mensalidades pagas de acordo com condições previamente acertadas com os sócios. Conforme os livros-caixa de algumas sociedades escolares (Livros caixa..., [s.n]), as mensalidades variavam de 1\$000 a 3\$000 réis, sendo o total desse dinheiro utilizado principalmente para a contratação do professor. Geralmente, o valor arrecadado com as mensalidades mal bastava para o sustento do professor, que, às vezes, desempenhava outras atividades para complementar sua renda. Em alguns casos, na falta de condições para arcar com a mensalidade, os colonos pagavam o professor com alimentos, como carne, banha, alguma galinha, ou mantimentos de primeira necessidade, como arroz e feijão.

Como já mencionamos, no início da fundação das escolas, as crianças estudavam exclusivamente em língua polonesa. Porém, com o tempo, para receber subvenções governamentais, principalmente para o pagamento de professores, algumas escolas passaram a adotar também a língua portuguesa. De acordo com as atas de protocolos de algumas sociedades (Atas de Protocolos..., 1918-1938), as aulas geralmente eram realizadas no turno da manhã em língua portuguesa e à tarde em língua polonesa, admitindo-se algumas exceções em que as aulas em língua polonesa eram ministradas de manhã e à tarde em língua portuguesa. Grande parte das crianças frequentava os dois turnos.

Gluchowski (2005) afirma que, na década de 1920, quando visitou os núcleos coloniais poloneses no Rio Grande do Sul, observou alguns problemas em relação ao processo escolar étnico. Para o autor, havia pouco empenho de alguns colonos por manter ou desenvolver o processo escolar, sendo muito difícil convencê-los a despender maiores recursos para a educação dos filhos. Em algumas escolas, faltavam livros didáticos e professores. Muitas vezes, as crianças ficavam longos períodos sem aulas à espera de contratação de um professor pela sociedade. Havia também a questão do tempo de frequência: muitas crianças só frequentavam os dois primeiros anos do ensino elementar. Muitos pais, quando as crianças aprendiam minimamente a ler, escrever e contar,

retiravam os filhos da escola. Por questões ligadas à sobrevivência, as crianças abandonavam os estudos para trabalhar com os pais na roça.

No Relatório Escolar, *Sprawozdanie Szkolne* (Przegląd, 1937), do consulado polonês em Curitiba, referente às escolas do núcleo do norte do estado, atual cidade de Áurea, na relação de crianças matriculadas no ano de 1937, podemos observar que, em várias escolas, geralmente, havia uma frequência maior de alunos nos dois primeiros anos do ensino primário, enquanto que, no terceiro e no quarto ano, essa frequência diminuía consideravelmente.

Dentre os problemas, havia também, em alguns núcleos de imigração polonesa, disputas de ordem ideológica, entre correntes de pensamento progressista e liberal, as quais buscavam suprimir o ensino religioso nas escolas, e correntes ligadas ao clero que motivava e incentivava o ensino religioso. Nessa perspectiva, na década de 1920, foram formadas duas associações de professores com a finalidade de organizar e conduzir o processo educativo entre as crianças da etnia polonesa. A primeira, *Kultura*, buscava conduzir uma educação mais leiga, independente dos preceitos religiosos. A essa associação, de acordo com Wachowicz (2002) e o Relatório do Consulado Polonês em Curitiba, no Rio Grande do Sul, em 1937, estavam filiadas 121 escolas, incluindo as temporariamente fechadas ou em organização. A segunda, *Oswiata*, buscava conduzir uma educação mais voltada para os preceitos religiosos e possuía no estado apenas sete escolas filiadas. Porém, nos cursos de atualização dos professores, organizados por alguma dessas associações, era comum a presença de professores de ambas as filiações.

Nos primeiros tempos, as escolas étnicas polonesas eram praticamente conduzidas por lideranças, mas, a partir de 1920, quando a Polônia se recuperou como Estado político independente, a educação das crianças de etnia polonesa no Brasil começou a ser também motivada e organizada pelo governo polonês, que enviou livros didáticos, professores e educadores qualificados para a organização do processo escolar. Até 1938, a atividade educativa teve um importante desenvolvimento, com abertura de novas escolas primárias e de escolas para formação de professores -uma em Mallet, no Paraná, e outra em Guarani das Missões, no Rio Grande do Sul – e com a edição de livros didáticos e oferta de cursos de qualificação de professores (Malikoski, 2014). Essas medidas introduziram uma melhora considerável nos processos de ensino nas escolas polonesas do Rio Grande do Sul. Ao fim de 1937, segundo o

relatório do consulado polonês de Curitiba, havia 106 escolas em funcionamento no Rio Grande do Sul, com aproximadamente 4560 crianças matriculadas. Algumas escolas, 128 no estado, estavam temporariamente fechadas por falta de professores e outras organizações.

Contudo, em 1938, o Decreto Lei nº 406 de Getúlio Vargas inviabilizou o funcionamento das escolas étnicas em todo país (Brasil, 1938). Dentre outras medidas, determinou-se no artigo 85 dessa lei que o ensino de qualquer matéria deveria ser ministrado em língua portuguesa, sendo proibido o ensino de línguas estrangeiras a menores de quatorze anos. Os livros didáticos deveriam ser escritos exclusivamente em língua portuguesa, sendo obrigatório o ensino da história e da geografia brasileiras para as crianças.

Apesar dos protestos e das críticas por parte das organizações escolares de alguns grupos de imigrantes, em 1939, foi criada uma nova lei que limitou ainda mais o uso da língua estrangeira nas escolas, decretando o fim das escolas étnicas em todo país. Algumas escolas étnicas polonesas que estavam mais organizadas conseguiram se adequar e continuar funcionando por algum tempo. Parte das escolas foi assumida pela municipalidade e os próprios professores, após realizar concurso público, foram aproveitados e seguiram na condução do processo de ensino, mas sem poder utilizar a língua polonesa. Muitas crianças iniciantes não sabiam falar qualquer palavra em português. Os pais orientavam essas crianças a responder sempre afirmativamente com gestos de cabeça ou simplesmente utilizar a palavra ‘é’. Essa situação resultava em muito constrangimento e não foram raras as crianças que abandonavam os estudos por não entender nada do que o professor falava em língua vernácula. Como consequência, após os decretos da nacionalização, os índices de analfabetismo aumentaram em muitos núcleos da imigração polonesa. Em vários casos, os pais eram alfabetizados ou possuíam algum ensino elementar porque tiveram a oportunidade de frequentar as escolas antes dos decretos; já os filhos, eram analfabetos ou por falta de escolas ou porque não conseguiam acompanhar as aulas em vernáculo.

Enfim, desde a promulgação dos Decretos de Nacionalização do Ensino por Getúlio Vargas em 1938 e 1939, o processo de ensino foi inviabilizado nas escolas étnicas polonesas no Rio Grande do Sul. O resultado desse processo foi que muitas escolas ou não foram adequadamente substituídas por escolas públicas ou simplesmente fecharam suas portas, deixando um contingente bastante expressivo de

crianças sem ensino e aumentando ainda mais os contingentes de analfabetos nas comunidades rurais.

A nacionalização do ensino nas escolas polonesas ainda é tema em aberto na história desse grupo, já que estudos específicos ainda não foram realizados. Este artigo é resultado de uma investigação maior sobre a formação do processo escolar entre imigrantes poloneses no Rio Grande Sul (Malikoski, 2014), na qual procuramos estabelecer alguns sentidos sobre o tema no período de 1875 a 1939. Porém, muitos outros significados podem ser estabelecidos por meio do avanço e do aprofundamento das pesquisas.

Considerações Finais

Como vimos, a cultura étnica foi importante na estruturação de comunidades e sociedades. Foi uma forma de produção de identidades, de um processo dinâmico por meio do qual os indivíduos preservaram valores e peculiaridades, a exemplo da língua e da religiosidade. Esses fatores foram importantes para o processo de construção de escolas e de estruturação do ensino. As primeiras escolas da imigração polonesa foram fundadas pela iniciativa privada, ou seja, os próprios imigrantes foram os realizadores do processo. Destacamos também a organização de sociedades que atuaram e contribuíram para formação de sistema de ensino nas diversas colônias da imigração polonesa. Assim, a sociedade tornou-se o meio incentivador e promotor do processo escolar. Tornou-se parte dos esforços de manutenção de valores étnicos principalmente pelo ensino da língua e de valores da cultura trazida com os imigrantes.

A etnicidade é fonte de sentidos e de representações do mundo para o imaginário social, sendo um elemento importante na formação de comunidades, sempre em constante processo. Essa aproximação entre processo étnico, processo identitário e formação de comunidades ajuda a compreender as construções culturais em seus significados, tendo em vista a formação das coletividades, como é o caso dos imigrantes poloneses.

A comunidade étnica tinha a intenção de manter alguns valores, que, para ela, tinham se tornado sinônimo de resistência diante de processos institucionalizados. Aliados ao sentimento de pertencimento, tais valores contribuíram para que o ensino fosse formulado e constituído de determinado modo. Dessa forma, não podemos compreender as escolas da imigração polonesa no Rio Grande do Sul sem considerar o processo de formação das comunidades étnicas.

Os motivos da atração e da vinda dos imigrantes para o Brasil faziam parte das mudanças políticas e econômicas que aconteceram no século XIX e no início do século XX na Europa e na América do Sul. Dessa forma, analisamos a imigração polonesa para o Rio Grande do Sul em correlação com essas transformações acontecidas no mundo e com a transformação nos processos étnicos e culturais.

Inicialmente a formação das comunidades esteve relacionada ao número de famílias que eram assentadas em cada colônia. Contudo, não se pode restringir o entendimento de comunidade apenas à construção ou à delimitação de espaços públicos. De nossa perspectiva, a comunidade étnica é formada pelos significados e sentidos das representações individuais estabelecidas no coletivo. Uma capela, uma sociedade ou uma escola são elementos simbólicos que representam que, naquele determinado contexto, uma comunidade foi formada.

Ao analisar o processo de ensino entre os imigrantes poloneses e seus descendentes, notamos que as fontes referendam sempre a existência, principalmente nas comunidades rurais, desse conjunto: capela, sociedade e escola. O sistema de ensino étnico polaco foi se constituindo juntamente com a formação de comunidades e de sociedades.

Havia nas comunidades étnicas polonesas um crescente interesse pela vida organizacional que superasse a relação estritamente religiosa. Até 1937, um número significativo de sociedades foi formado, tendo como objetivos principais a escolarização nas colônias e nos centros urbanos e a promoção da cultura e da educação entre comunidades étnicas polonesas. Somente no Rio Grande do Sul, foram organizadas 128 escolas e diversas sociedades com a finalidade de promoção cultural.

Desde os primeiros períodos da imigração polonesa para o Rio Grande do Sul, existiu a preocupação para com a instrução das crianças nos núcleos coloniais. Mesmo que de forma precária, observamos a iniciativa de alguma liderança em desenvolver ou incentivar a formação de espaços de ensino.

À medida que foram sendo formadas sociedades, o processo de ensino foi se constituindo e atingindo um número maior de crianças e de núcleos de imigração polonesa. Com o tempo, as crianças também foram sendo ensinadas em um sistema bilíngue, conforme o objetivo de integrar as comunidades étnicas polonesas à cultura nacional brasileira e também de receber subvenções governamentais para o pagamento de professores.

As escolas étnicas polonesas padeciam de algumas dificuldades, apesar dos esforços das lideranças que estavam à frente do processo educativo. Em alguns casos, as crianças ficavam períodos bastante extensos sem aulas, com a escola fechada, porque o professor encontrava alguma atividade mais rentável ou, então, simplesmente porque ele se mudava para outras localidades sem avisar previamente. Em muitas escolas, não havia livros didáticos suficientes ou maiores investimentos para a educação das crianças. Enfrentava-se também o desinteresse por parte dos pais de algumas crianças, que simplesmente não eram enviadas para a escola porque precisavam trabalhar em casa, para ajudar na subsistência da família.

O processo de escolarização nas comunidades étnicas polonesas foi uma reelaboração da exteriorização de sentido nas relações humanas na luta contra a situação de abandono governamental em que se encontravam os imigrantes em relação à educação em meados do séc. XIX e início do séc. XX. Por isso, sua configuração ocorreu no processo de formação de comunidades, sendo um importante elemento de agregação identitária e étnica e de manutenção de valores e elementos da cultura polonesa.

Documentos

Atas de Protocolos Sociedade Escolar de Lageado Valeriano. (1918-1938). Museu Municipal. Áurea, RS.

Brasil. (1938). Decreto Lei nº 406, de 04 de maio de 1938. Dispõe sobre a entrada de estrangeiros em território nacional. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, 06 maio 1938. Seção 1, p. 8494.

Brasil. Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.(1876). *Relatório de 1876*. [Documentação avulsa]. APERS, Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.

Livros caixa, escolas polonesas de Porto Alegre. ([s.n.]). [Documentação avulsa]. Acervo Edmundo Gardolinski, NPH - UFRGS. Porto Alegre, RS.

Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. *Lei nº 771 de 4 de maio de 1871*. Cria o Conselho Diretor da Instrução Pública. Porto Alegre, RS, 1871.

Przeglądtowarzystw i szkolpolskich w Brazylii = Relatório das sociedades e escolas Polonesas no Brasil. (1937). Realizado pelo consulado da Polônia em Curitiba. Áurea, RS. Fotocopiado.

Referências

Barth, F. (1998). Grupos étnicos e suas fronteiras (1976). In P. Poutigant & J. Streiff-fenart. *Teorias da etnicidade* (p. 185-228). São Paulo, SP: Unesp.

Baumann, Z. (2003). *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.

Bonnemaizon, J. (2000). *La géographie culturelle*. Paris, FR. C.T.H.S.

Castells, M. (1999). *O poder da identidade*. São Paulo, SP: Paz e Terra.

Cuber, A. (1898). Z nad Uruguayu. In F. Zdanowski, F. *Kalendarz Polski na rok zwyczajny 1898* (p. 42-60). Porto Alegre, RS: Edição do autor.

D'apremont, B., & Gillonnay, B. (1976). *Comunidades indígenas, brasileiras, polonesas e italianas no Rio Grande do Sul*. Caxias, RS: UCS/EST.

Gardolinski, E (1958). *Imigração e colonização polonesa no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, RS: Regional.

Gluchowski, K. (2005). *Os poloneses no Brasil*. Porto Alegre, RS: Rodycz & Ordakowski.

Hall, S. (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro, RS: DPeA.

Kłobukowski, S. (1898). *Wspomnienia z podróży po Brazylii, Argentynie, Paragwaju, Patagonii i ziemi ognistej*. Lwów, UK: Nakładem Gazety Handlowo - Geograficznej.

Kozowski, V. I. (2003). *Estes imigrantes entre outros: imigração polonesa na serra gaúcha*. Bento Gonçalves, RS: Edição do Autor.

Kreutz, L. (2001). Imigrante projeto de escola pública no Brasil: diferenças e tensões culturais. In *Revista da Sociedade Brasileira de*

História da Educação (Org.), *Educação no Brasil: história e historiografia* (p. 123). Campinas, SP: Autores Associados.

Malikoski, A. (2014). *Escolas étnicas dos imigrantes poloneses no Rio Grande do Sul, 1875 – 1939* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul.

Nikodem P. (1970). *Pionierzy bez bandery*. In *Czytelniapolska*. Curitiba, PR. Cópia digitalizada.

Silva Jr., A. L. (2004). *As sociedades de mútuo socorro mútuos: estratégias privadas e públicas* (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre.

Stawinski, A. V. (1999). *Primórdios da imigração polonesa no rio Grande do Sul (1875-1975)* (2a ed.). Porto Alegre, RS: EST.

Veyne, P. (1998). *Como se escreve a história*. Brasília, DF: UnB.

Wachowicz, R. C. (2002). *As escolas da colonização polonesa no Brasil*. Curitiba, PR: Champagnat.

Zdanowski, F. (1898). *Kalendarz Polski na rok zwyczajny 1898*. Porto Alegre, RS: Edição do Autor.

Adriano Malikoski. Mestre em Educação e Doutorando em Educação no PPGEdu/UCS. Professor na área da Educação – UCS – Universidade de Caxias do Sul - Caxias do Sul – RS.

E-mail: amalikoski@ucs.br

orcid.org/0000-0002-6822-2086

Terciane Ângela Luchese. Doutora em Educação (UNISINOS). Pesquisadora PQ2 – CNPQ e Professora no PGGEdu PPGHis/UCS – Universidade de Caxias do Sul – Caxias do Sul – RS.

E-mail: taluches@ucs.br

orcid.org/0000-0002-6608-9728

Nota

¹ A. Malikoski e T. A. Luchese foram responsáveis concepção, delineamento, análise e interpretação dos dados; redação do manuscrito, revisão crítica do conteúdo e aprovação da versão final a ser publicada.

Submetido em: 13/06/2016

Aprovado em: 25/10/2016